

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/11/2020 a 30/11/2020

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/4

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/11/2020- CD	16:16
Publ.: DCD - 11/19/2020 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Defesa de restabelecimento do auxílio emergencial de 600 reais, concedido a famílias carentes e trabalhadores diante da crise gerada pela Covid-19. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à alteração de disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Imediata votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, acerca da distribuição, pela União, de percentual de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Necessidade de rejeição do Veto Parcial nº 46, de 2020, aposto ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, acerca da concessão de abono pecuniário a feirantes e agricultores familiares em isolamento social ou quarentena diante da epidemia de coronavírus, consoante à Lei 13.979, de 2020.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu me somo às bancadas da Oposição e à nossa bancada, no desejo e na vontade de atender a uma reivindicação, um desejo, uma necessidade dos mais pobres deste País, que é o auxílio emergencial. Queremos retomar o debate da autonomia do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, e recolocar o valor de 600 reais do auxílio emergencial para aqueles que mais precisam neste período de pandemia.

Em segundo lugar, quero tratar das pautas de retrocesso dos direitos do nosso povo, como a reforma trabalhista e a reforma da Previdência. Agora é a reforma administrativa, que não só vai retirar os direitos dos servidores públicos, mas também vai fragilizar as políticas públicas como a do SUS, a do SUAS, a da educação pública e a da universidade pública. Nós precisamos de uma pauta propositiva. Se quisermos apoiar os Municípios, os Prefeitos reeleitos e os novos eleitos, no primeiro turno, ou os que serão eleitos, no segundo turno, vamos colocar a pauta de mais 1% do FPM, que é para o mês de

setembro.

Conquistamos 1% a mais em dezembro, no então Governo do Presidente Lula. Em 2014, com a Presidenta Dilma, eu ajudei na coordenação desta pauta municipalista, no Congresso Nacional, e conquistamos mais 1%. Agora só falta uma votação, na Câmara dos Deputados. O Senado já fez a tarefa. Falta uma única votação, na Câmara, para garantir, no próximo ano, 1% a mais do FPM no mês de setembro.

Queremos colocar também em pauta a derrubada do veto ao PL 735/20, que trata da agricultura familiar e camponesa. O Presidente Bolsonaro, inimigo daqueles que produzem o alimento que vai à mesa do povo brasileiro, vetou o PL 735/20, e nós precisamos derrubar o veto.

É dentro dessa pauta que temos de terminar o ano e recolocar o papel das políticas públicas contra a privatização e o desmonte dos direitos públicos, contra a Emenda Constitucional nº 32, que vai destruir os direitos dos servidores públicos e das políticas públicas e recolocar uma perspectiva do Brasil, fortalecendo as políticas públicas, na educação, na segurança, na assistência social e principalmente no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Sr. Presidente, dentro dessa perspectiva, espero que os Líderes de todas as bancadas possam colocar, entre outras pautas na Câmara dos Deputados, a matéria que destina 1% a mais para o FPM.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 2/4

117.2020	Sessão Deliberativa Extraordinária - 18/11/2020- CD	17:20
Publ.: DCD - 11/19/2020 - ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Gestão desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro. Indiferença do Presidente da República diante do alcance da marca de 160 mil mortes no País em decorrência da Covid-19. Fracasso de candidatos vinculados ao Presidente Jair Bolsonaro nas eleições municipais de 2020. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma administrativa. Necessidade de realização de reforma tributária solidária. Apoio à eleição em segundo turno dos candidatos ao cargo de Prefeito Municipal, Manuela d'Ávila, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Guilherme Boulos, de São Paulo, Estado de São Paulo; e

Edmilson Rodrigues, de Belém, Estado do Pará. Obstrução dos trabalhos no plenário pela Oposição, em protesto contra a não votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e consequente retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, diante da crise gerada pela Covid-19.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vivendo de fato tempos sombrios no Brasil. Nós temos um Governo que é algoz do povo, um Governo que retira e retrai direitos a cada dia. E eu lamento profundamente que haja uma alimentação do monstro. Os segmentos que assim o fazem brevemente poderão refazer sua posição, porque infelizmente o Sr. Bolsonaro, além de negar a pandemia, além de negar a vitória do Sr. Biden nos Estados Unidos e fazer reverências ao derrotado Trump, acumula uma série de apoios a posições que são contrárias aos direitos do trabalho, à possibilidade do avanço econômico e à vida, além de contrárias ao SUS. Ele mantém na equipe um defensor da destruição do meio ambiente; mantém na equipe um Ministro de Minas e Energia que, na verdade, concorda em repassar os danos da população do Amapá à própria população em forma de tarifas; mantém na equipe uma Ministra que indiretamente faz pressão para que a lei que protege crianças vítimas do crime de estupro não seja cumprida. Que equipe é essa? Que Governo é esse?

Nós estamos vivenciando no Brasil, portanto, o período do intermédio desse Governo que se desmonta. Evidentemente, o municipalismo de resultados tem vantagens, com muitas emendas, com muitos recursos. Municípios mínimos estão recebendo milhões de reais. Às vezes, não se sabe nem como dedicar esses recursos a esses Municípios em função da venda da Previdência Social, dos direitos do povo e de um apoio que, espero, seja efêmero.

Sr. Presidente, nós temos hoje no Brasil mais de 160 mil mortos sem uma palavra de condolência do Sr. Bolsonaro. Mas nós temos resultados. Os números também falam - e isso é evidente - que todos aqueles que tiveram no nome a alcunha Bolsonaro ou o apoio explícito dele foram derrotados.

O Centro, senhores e Sr. Deputado que neste momento faz a defesa cega do atual Presidente da República, não se deixou mostrar ao lado de Bolsonaro, e, ao mesmo tempo, a Direita liberal clássica, o DEM, *idem*, não o fez. Aqui, na Bahia, essa foi a realidade. De fato, o Centro-Direita foi vitorioso: o PSD, com 108 Prefeituras; o PP, com 92 Prefeituras; o DEM, com 37 Prefeituras. O PT obteve 32 Prefeituras e o PCdoB, 16 Prefeituras, para um partido que ficou na clandestinidade por décadas. Para nós, a sobrevivência, que tem sido guerreada, está

sendo mantida apesar de Bolsonaro.

O problema é que Bolsonaro implica e compromete a sobrevivência do povo brasileiro, o direito dos trabalhadores, a garantia do meio ambiente preservado, a garantia do SUS preservado, a educação pública, que tem um Ministro cuja voz ainda não ouvimos neste momento em que estamos de meados do mês de novembro. É evidente que a rede pública não tem como retornar por falta de segurança sanitária, mas nenhuma medida é tomada para garantir às redes em convênio com o Governo Federal a possibilidade de acesso digital. Essa é a realidade do País.

Por isso, sim, politicamente, o Sr. Bolsonaro perdeu. Ele pode estar na expectativa dessa base no Congresso, mas perdeu.

Mas nós haveremos de derrotar essa reforma administrativa que pune os servidores públicos, transformando-os em vilões. Lamentavelmente, constrói-se uma caneta imperial para Bolsonaro acabar com órgãos públicos, com autarquias. Ele pode, de uma canetada, fechar um *campus* universitário, uma unidade de um instituto federal pelo texto da reforma administrativa.

Ele se omite em relação a colocar em votação uma reforma tributária que deveria ser a primeira a ser apreciada. E nós defendemos uma reforma tributária solidária, na qual quem tem muito pague mais, quem tem menos pague menos e quem nada tem não pague. Isso não é socialismo, senhores, assim como Manuela d'Ávila não vai aplicar o socialismo em Porto Alegre.

Se os senhores lerem o estatuto do PCdoB, verão que ali se defende a democracia, a liberdade de credo e a democracia com participação popular. Manuela é uma mulher corajosa, que derrubou *fake news*, e vem fazendo isso a vida inteira. É muita disputa, é muito medo e é muita inveja de um quadro político da mais alta qualidade. É mulher e mãe, e mulher com opinião. Isso incomoda muito. Nós sabemos como isso incomoda. E muitas vezes se parte para a desqualificação, porque não há argumentos. Então, usa-se o argumento da força.

Eu quero daqui expressar a nossa vontade e o nosso apoio à vitória de Manuela d'Ávila, de Boulos, em São Paulo, de Edmilson, no Pará, e de todos os outros e outras que têm se colocado com altivez para garantir uma democracia participativa, cidades mais humanas, cidades mais democráticas, cidades onde os Prefeitos e Prefeitas gostem de gente, que é o que falta ao Presidente da República. É um Presidente da República que tem horror a pessoas, especialmente ao povo brasileiro, que talvez não tenha a tez que o agrada, que não fale o idioma que o agrada. Então, isso nos dói, porque, de fato, ele se prepara até para uma suposta guerra com pólvora contra os Estados Unidos, caso Biden

Sumário

Obstrução dos trabalhos no plenário pelo PSOL até a votação da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, sobre a instituição do auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, referida na Lei nº 13.979, de 2020.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o que estamos pedindo é bem objetivo: que o Presidente da Câmara possa definir uma data para a votação da Medida Provisória nº 1.000, porque querem acelerar a "deforma" administrativa e inclusive diminuir o tempo de tramitação de matérias, remotamente, recriando o trabalho na Comissão de Constituição e Justiça ainda neste período de pandemia. Nós somos contra isso.

Querem também votar uma suposta independência do Banco Central, que é a independência para o sistema financeiro, para que os banqueiros determinem a política econômica, seja qual for o Governo. Nós somos contra.

O que estamos querendo aqui é que as pessoas possam ter comida na mesa, que se vote a Medida Provisória nº 1.000.

Por esse motivo, a bancada do PSOL está, neste momento, em obstrução.

Documento 4/4

117.2020	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/11/2020-17:56
Publ.: DCD 11/19/2020 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do parecer da Comissão Mista, quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, à Medida Provisória nº 993, de 2020, sobre a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Tentativa do Governo Jair Bolsonaro de dominação do Estado brasileiro e de políticas públicas, bem como da Polícia Federal para impedimento da investigação de seus filhos.

Favorecimento do Ministério do Meio Ambiente à extração ilegal de madeira. Natureza antifeminista da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Caráter racista do Presidente da Fundação Cultural Palmares. Repúdio à proposta governamental de reforma administrativa. Fracasso dos candidatos apoiados pelo Presidente da República nas eleições municipais de 2020. Elevação dos índices de contingência da fome no País. Elevação dos índices inflacionários e de desemprego no Brasil. Obstrução das votações pelos partidos opositores em protesto contra a não inclusão na pauta da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, com vista à retomada do pagamento do auxílio emergencial de 600 reais a trabalhadores e famílias carentes, para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós não temos nenhum óbice com relação à matéria. É óbvio que o ideal seria que houvesse concurso público no INCRA. Entendemos a função fundamental do INCRA para estabelecer a reforma agrária, que, aliás, é a forma de assegurar que haja valorização da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, valorização da produção de alimentos.

Este é um Governo que resiste em fortalecer o Estado, e o Estado se impõe. Ele se impõe através do auxílio emergencial, ele se impõe através da dedicação dos profissionais do SUS, ele se impõe ao mostrar a sua própria qualidade.

Este Governo busca se apropriar do Estado. Com a reforma administrativa, tenta dizer isto: "*O Estado sou eu. O Estado me pertence*". Da mesma forma, busca se apropriar da Polícia Federal para impedir que os filhos do Presidente sejam investigados. Ele também busca se apropriar do conjunto das políticas públicas. Transforma o Ministério do Meio Ambiente em um Ministério que favorece a extração de madeira ilegal e busca, ao mesmo tempo, passar boiadas contra o povo brasileiro. É como se tivéssemos no Ministério do Meio Ambiente um exterminador do futuro. E o exterminador (*falha na transmissão*) do Estado. Busca se apropriar do COAF. Busca se apropriar do Ministério da Mulher. Colocou ali uma antifeminista. Ao mesmo tempo, colocou um racista na Fundação Palmares. Então, o sentido da reforma administrativa é esse: apropriar-se do Estado, fazer com que o Estado sirva aos seus próprios interesses.

Estamos vivenciando um Governo que, assim como os ditadores e os psicopatas, não tem qualquer tipo de empatia com o outro. O outro só existe se for o seu próprio espelho. Este é um Governo autocentrado. Nesse sentido, questiona as eleições, porque as eleições colocaram de forma muito nítida a derrota dessa política de governo. Ao mesmo

tempo, busca ignorar a fome do povo.

Houve um aumento de 43,7% da fome no Brasil nos últimos anos. A inflação está crescendo. Ela, no caso dos alimentos no atacado, que atinge mais a população pobre, cresceu 15%. Quase 80 milhões de brasileiros e brasileiras estão fora do mercado de trabalho ou estão em condição de fazer bicos na informalidade, no subemprego, no desalento.

Tudo em que o Rei Midas tocava virava ouro. Aquilo em que toca este Governo vira cinza. Vira cinza a mata, vira cinza o Pantanal, viram cinzas as candidaturas apoiadas por Bolsonaro, viram cinzas os empregos, a esperança, a dignidade neste País.

Por isso, nós que somos a favor do mérito da medida provisória não podemos votar. Estamos, portanto, em obstrução, porque queremos que o povo brasileiro tenha uma resposta deste Parlamento. E a resposta deste Parlamento é a manutenção do auxílio emergencial de 600 reais.

Eu me pergunto: que covardia é essa que atinge esta Casa? É uma covardia. Não quer colocar essa matéria em votação. Esses que apoiam Jair Bolsonaro o apoiam de forma covarde, não querem explicitar esse apoio, porque, como disse, Jair Bolsonaro transforma em cinza aquilo em que toca.

Somos a favor da Medida Provisória nº 1.000. Que ela seja pautada e que possamos dar respostas ao (*falha na transmissão*) à medida provisória que está em discussão e aos seus pressupostos.
